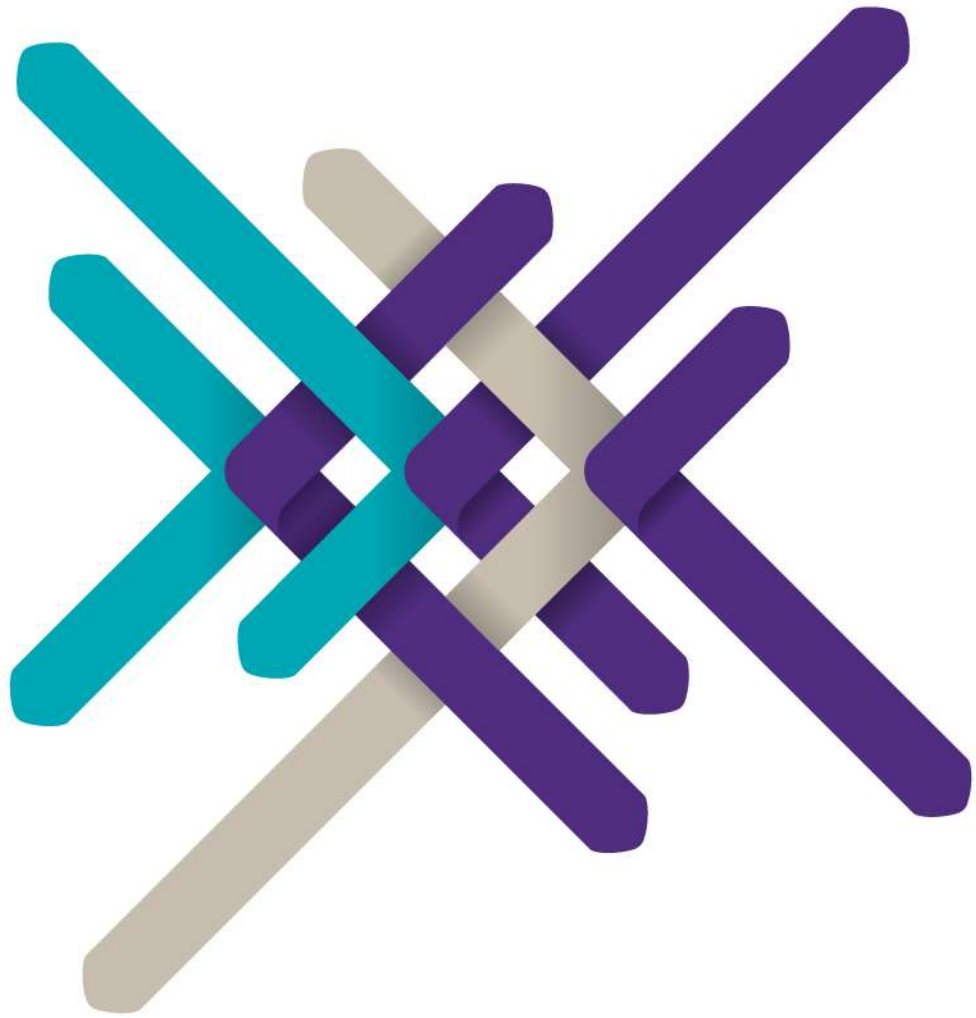


BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRVias Holding VRD S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixas individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e de sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de abril de 2021



Marcelo Castro Valentini
CT.CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	18	760	1.425
Aplicações financeiras	9	-	-	63.851	61.864
Contas a receber	10	-	-	13.606	11.624
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	384	397
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	736	420
Partes relacionadas	11	6.290	6.290	7.235	7.309
Outros créditos	-	32	32	3.231	2.844
Total do ativo circulante		6.323	6.340	89.802	85.883
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	2.212	2.140
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	-	-	21.438	37.429
Investimentos	12	272.146	313.953	-	-
Imobilizado	13	-	-	6.004	7.030
Intangível	14	-	-	987.108	981.573
Total do ativo não circulante		272.146	313.953	1.016.762	1.028.172
Total do ativo		278.469	320.293	1.106.564	1.114.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	28	72.161
Debêntures	16	123.118	19.081	162.863	51.320
Fornecedores	17	6	1	62.920	52.476
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	427	1.081
Obrigações tributárias	-	2	1	3.900	2.963
Obrigações sociais	-	-	-	2.002	3.476
Partes relacionadas	11	1.459	1.213	2.497	3.337
Outras contas a pagar	18	-	-	24.904	1.143
Dividendos a pagar	11	66	66	66	66
Provisão para manutenção	19	-	-	12.286	22.443
Total do passivo circulante		124.651	20.362	271.893	210.466
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	101.547
Debêntures	16	-	100.218	648.935	529.409
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	95	673
Provisão para manutenção	19	-	-	30.259	71.317
Provisão para contingências	21	-	-	1.563	930
Total do passivo não circulante		-	100.218	680.852	703.876
Patrimônio líquido					
Capital social	-	376.870	376.870	376.870	376.870
Reserva de capital	-	25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados	-	(248.512)	(202.618)	(248.512)	(202.618)
Total do patrimônio líquido		153.819	199.713	153.819	199.713
Total do passivo		124.651	120.580	952.745	914.342
Total do passivo e patrimônio líquido		278.469	320.293	1.106.564	1.114.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	23	-	-	218.207	265.843
Custo dos serviços prestados	24	-	-	(125.391)	(177.707)
Custo de construção	24	-	-	(31.420)	(63.718)
Lucro bruto		-	-	61.396	24.418
Receitas (despesas) operacionais	-				
Despesas gerais e administrativas	24	(253)	(121)	(5.817)	(11.261)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(253)	(121)	55.579	13.157
Receita financeira	25	-	-	3.771	4.213
Despesa financeira	25	(3.834)	(9.947)	(89.253)	(90.156)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(3.834)	(9.947)	(85.482)	(85.943)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	12	(41.807)	(48.265)	-	-
Resultado antes dos impostos		(45.894)	(58.333)	(29.903)	(72.786)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	(15.991)	14.453
Prejuízo do exercício		(45.894)	(58.333)	(45.894)	(58.333)
Prejuízo básico e diluído por ação em Reais - R\$		<u>(0,10256)</u>	<u>(0,13036)</u>	<u>(0,10256)</u>	<u>(0,13036)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(45.894)	(58.333)	(45.894)	(58.333)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>(45.894)</u>	<u>(58.333)</u>	<u>(45.894)</u>	<u>(58.333)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital integralizar</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	447.470	(104.600)	342.870	25.461	(144.284)	224.047
Integralização de capital	22	-	34.000	-	-	34.000
Resultado do período	-	-	-	-	(58.333)	(58.333)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	<u>447.470</u>	<u>(70.600)</u>	<u>376.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(202.618)</u>	<u>199.713</u>
Resultado do período	-	-	-	-	(45.894)	(45.894)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>447.470</u>	<u>(70.600)</u>	<u>376.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(248.512)</u>	<u>153.819</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(45.894)	(58.333)	(45.894)	(58.333)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	1.962	1.667
Amortização	-	-	25.884	25.397
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	47	78
Provisão para manutenção	-	-	44.221	108.238
Constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	633	313
Resultado de equivalência patrimonial	41.807	48.265	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	3.819	9.929	62.023	96.924
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	15.991	(14.453)
	(268)	(139)	104.867	159.831
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	(1.982)	(2.609)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	13	60
Outros créditos	-	62	(776)	50
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	5	1	10.450	(3.854)
Passivo fiscal corrente	1	(2)	939	(646)
Obrigações sociais	-	-	(1.471)	(175)
Contas a pagar	-	59	23.761	(2.099)
Realização de provisão para manutenção	-	-	(95.437)	(55.795)
Outros passivos	-	-	(1.231)	-
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	(3.989)	(86.725)	(51.731)
Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(262)	(4.008)	(47.592)	43.032
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(328.765)	(112.727)
Resgate das aplicações	-	-	326.778	113.401
Aquisição de imobilizado	-	-	(983)	(3.873)
Adição do intangível	-	-	(31.419)	(66.807)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	-	-	(34.389)	(70.006)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	246	-	(775)	(94)
Integralização de capital em dinheiro	-	-	-	34.000
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	27.698	700.007	52.136
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.600)	-	(1.600)
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	(22.094)	(617.916)	(60.962)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	246	4.004	81.316	23.480
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(16)	(4)	(665)	(3.494)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	18	22	1.425	4.919
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	2	18	760	1.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um prejuízo na controladora e consolidado de R\$ 45.894 (R\$ 58.333 em 2019) e capital circulante líquido negativo, controladora e consolidado, de R\$ 118.327 e R\$ 182.089, respectivamente, (R\$ 14.023 e R\$ 124.583 em 2019, respectivamente).

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. Em relação as debêntures a pagar, conforme Nota Explicativa nº 16 a Companhia está trabalhando em uma nova emissão de debêntures com objetivo de alongar o perfil de sua dívida e liquidar as debêntures vigentes.

Efeitos da COVID-19

Conforme divulgado pela sua Controlada em Comunicado ao Mercado no dia 19 de março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a BRVias, em linha com a sua Controlada, destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção do COVID-19: criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas do COVID-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa; divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros; acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios; negociação com fornecedores para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos; adesão ao programa federal de postergações de pagamento de impostos; readequação do quadro de pessoal; adoção da MP 936 que flexibilizou as jornadas de trabalho e discussões com ARTESP sobre flexibilizações. Ainda assim a Controlada teve um aumento no seu custo em R\$ 5.345 quando comparado com 2019, onde os maiores gastos foram com a preservação e manutenção da rodovia.

	2020	2019
Serviços de terceiros	(30.087)	(21.299)
Com pessoal	(17.303)	(17.305)
Custo de contrato concessão	(8.571)	(9.868)
Outros	(2.928)	(5.072)
Total	(58.889)	(53.544)

Em 2020, a Controlada identificou impactos financeiros em comparação ao mesmo período do ano anterior, mitigados devido às medidas supracitadas.

Praça de Pedágio	Eixos e equivalentes		20 x 19	
	Real 19	Real 20	Eixos	%
P1-Avaí	5.147	4.883	(264)	-5,13%
P2-Pirajuí	4.743	4.523	(220)	-4,64%
P3-Promissão	5.096	4.868	(227)	-4,46%
P4-Glicério	6.401	5.983	(418)	-6,53%
P5-Rubiácea	4.647	4.295	(352)	-7,58%
P6-Lavínia	3.645	3.322	(322)	-8,85%
P7-Guaraçai	3.429	3.156	(273)	-7,96%
P8-Castilho	4.668	4.478	(190)	-4,06%
Total	37.776	35.509	(2.267)	-6,15%

Praça de Pedágio	Em R\$ mil		20 x 19	
	Real 19	Real 20	Eixos	%
P1-Avaí	28.597	27.878	(719)	-2,51%
P2-Pirajuí	24.681	24.014	(667)	-2,70%
P3-Promissão	31.875	31.200	(674)	-2,12%
P4-Glicério	44.530	42.534	(1.996)	-4,48%
P5-Rubiácea	27.679	26.239	(1.440)	-5,20%
P6-Lavínia	17.143	15.977	(1.165)	-6,80%
P7-Guaraçai	15.785	14.861	(923)	-5,85%
P8-Castilho	15.641	15.267	(374)	-2,39%
Total	205.931	197.971	(7.960)	-4,01%

Apesar dos indicadores econômicos apontarem para um arrefecimento da crise, para um cenário de queda no tráfego para os próximos meses, a Controlada possui uma forte posição de caixa e segue adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa, considerando a seu favor o perfil de dívida alongado e estritamente controlado.

A Controlada cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e, portanto, demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão dos efeitos dessa pandemia puderem ser mensurados.

1.1. Relação de entidade controlada

Segue a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2020	2019
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509, Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336,500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667,630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na Rodovia.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 13** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 14** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 20** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 21** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e sua controlada quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia e sua controlada, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e sua controlada reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 25).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e sua controlada avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Controlada é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Controlada revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2020, a Controlada efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia e sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia e sua controlada consideram como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d) Ativos intangíveis

A Controlada possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 14). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia e sua controlada.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia e sua controlada determinam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia e sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Controlada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária Controlada deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Controlada espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e sua controlada pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia e sua controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia e sua controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia e sua controlada como um todo, ou seja, a Companhia e sua controlada estão organizadas em um único segmento de negócio.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e sua controlada avaliaram estas normas e não viram aplicabilidade destas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia e sua controlada não possuem contratos onerosos em 31 de dezembro de 2020.

Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- Contabilidade de hedge.

A Companhia e sua controlada não possuem contratos com mudanças aplicáveis às normas citadas, em 31 de dezembro de 2020.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)

- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bancos conta movimento	2	18	656	1.341
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	104	84
Total	2	18	760	1.425

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

9. Aplicações financeiras – Consolidado

	2020	2019
Aplicações financeiras	63.851	61.864

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 15 e 16.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

10. Contas a receber – Consolidado

	2020	2019
Pedágio eletrônico	11.298	9.547
Visa - vale-pedágio	176	162
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	1.823	1.565
DBTrans S.A.	196	215
Contas a receber – receitas acessórias	113	135
Total	13.606	11.624

Idade de vencimento dos títulos	2020	2019
Créditos a vencer até 30 dias	13.142	11.366
Créditos a vencer até 60 dias	351	123
Total	13.493	11.489

O contas a receber da Companhia e sua controlada não apresentam montantes significativos vencidos e a Companhia e sua controlada também não possuem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos trimestres e períodos de doze meses findos em de 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	2020	2019
Diretores estatutários	41	15

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Contas patrimoniais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
BRVias S.A.	(i)	-	-	945	1.019
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.	-	6.290 (*)	6.290 (*)	6.290	6.290
Total		6.290	6.290	7.235	7.309
Passivo					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	(395)	(377)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(2.092)	(2.951)
Outros	(iv)	-	-	(10)	(9)
Fornecedores		-	-	(2.497)	(3.337)
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volluto	(vi)	(33)	(33)	(33)	(33)
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(vi)	(33)	(33)	(33)	(33)
Total		(66)	(66)	(66)	(66)
Outros créditos contas a pagar					
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (i)		(1.459)	(1.213)	-	-
Total		(1.459)	(1.213)	-	-

(*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente as empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Transações que afetaram o resultado:

	Notas	Valor da transação no resultado do exercício			
		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Serviços prestados					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	(1.579)	(1.546)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(21.166)	(9.059)
BRVias S.A.	(v)	-	-	(1.822)	(3.231)
Avine Engenharia Ltda EPP	(iv)	-	-	-	(287)
Outros	(iv)	-	-	(106)	(228)
Total		-	-	(24.673)	(14.351)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;

12. Investimentos – Controladora

A sua controlada registrou um prejuízo de R\$ 41.807 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (prejuízo de R\$ 48.265 em 2019). A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Custos e despesas líquido/prejuízo	Lucro
31 de dezembro de 2020	100%	84.947	1.016.762	1.101.709	148.712	680.852	829.564	272.146	221.978	(263.785)	(41.807)
31 de dezembro de 2019	100%	80.755	1.028.172	1.108.927	191.317	603.658	794.975	313.953	270.056	(318.321)	(48.265)

13. Imobilizado – Consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	349	809	386	2.329	3.873
Baixas	(49)	0	(11)	(18)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.843	6.767	2.382	4.331	18.323
Adições	255	324	404	0	983
Baixas	(5)	(42)	0	0	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.093	7.049	2.786	4.331	19.259
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no exercício	(493)	(540)	(199)	(435)	(1.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.956)	(3.882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)
Depreciação no período	(355)	(640)	(190)	(777)	(1.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.311)	(4.522)	(1.616)	(2.806)	(13.255)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2019	887	2.885	956	2.302	7.030
Saldo em 31 de dezembro de 2020	782	2.527	1.170	1.525	6.004

14. Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	51	20.667	49	-	42.952	186	2.902	66.807
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Aquisições e construções	-	4.535	12	-	26.872	-	-	31.419
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.171	494.959	8.167	413.597	246.528	3.487	2.902	1.204.811
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	-	(166.422)
Amortização do exercício	(768)	(10.274)	(177)	(9.045)	(3.865)	(72)	(1.196)	(25.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Amortização do período	(739)	(10.305)	(171)	(8.691)	(4.616)	(133)	(1.229)	(25.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(12.275)	(76.781)	(2.549)	(94.799)	(27.480)	(1.394)	(2.425)	(217.703)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2019	23.635	423.948	5.777	327.489	196.792	2.226	1.706	981.573
Em 31 de dezembro de 2020	22.896	418.178	5.618	318.798	219.048	2.093	477	987.108

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

2009

Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
Total	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.

15. Empréstimos e financiamentos – Consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	2020	2019
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	28	200
Finem-BNDES (i)	5,95%	TJLP	2025	-	80.399
Finem-BNDES (i)	2,0518%	UMIPCA-M.	2025	-	40.268
CCB	5,40%	CDI	2020	-	27.376
CCB	1,35%	CDI	2020	-	22.507
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 – 2022	-	2.958
Total				28	173.708
Circulante				28	72.161
Não circulante				-	101.547

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.

Composição por vencimento:

	2020	2019
Vencimento em		
2021	28	36.395
2022	-	26.801
Acima 2023	-	38.351
Total	28	101.547

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2020	2019
Saldos iniciais	173.708	167.799
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(171.835)	(36.610)
Pagamentos de juros	(1.845)	(13.708)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(173.680)	(50.318)
Outras variações		
Novas captações	-	24.438
Despesas de juros	-	31.789
Total de outras variações	-	56.227
Saldos finais	28	173.708

(ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais Unidade Monetária IPCA (UMIPCA-M), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de dezembro de 2019, foram liberados R\$ 274.246. No exercício de 2020 tais financiamentos foram quitados.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 498 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 261. Em 31 de dezembro de 2019, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 498. No exercício de 2020 tais financiamentos foram quitados, não sendo aplicável custos incorridos na captação de novos empréstimos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os *covenants* atrelados até 31 de dezembro de 2019 não são aplicáveis, visto a quitação de tais saldos.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:

- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
- Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) superior a 1,2;
- Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que cinco até dezembro de 2015, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais. A Companhia atingiu, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o índice de dívida líquida/EBITDA de 2,01, ICSD de 3,35 e PL/AT de 28,3%. Para 31 de dezembro de 2020, não são aplicáveis tais *covenants*, visto a liquidação dos financiamentos.

16. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					2020	2019	2020	2019
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	-	11.671	-	11.671
31/08/2018	Única	110.000	31/08/2021	103% CDI	105.600	90.597	105.600	90.597
15/07/2019	Única	16.600	31/08/2021	103% CDI	17.518	17.031	17.518	17.031
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA +8,15%	-	-	-	462.539
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA +8,15%	-	-	-	(1.109)
				5,55% a.a. +				
28/02/2020	Única	700.000	15/12/2034	IPCA	-	-	723.016	-
				5,55% a.a. +				
28/02/2020	Única	700.000	15/12/2034	IPCA	-	-	(34.336)	-
Total					123.118	119.299	811.798	580.729
Circulante					123.118	19.081	162.863	51.320
Debêntures					123.118	19.081	165.347	51.320
(-) Comissão					-	-	(2.484)	-
Não circulante					-	100.218	648.935	529.409
Debêntures					-	-	680.787	530.518
(-) Comissão					-	-	(31.852)	(1.109)

Movimentação das debêntures:			
Controladora		2020	2019
Saldos iniciais		119.299	107.756
Varição do fluxo de caixa de financiamento			
Pagamentos de financiamentos		-	(22.094)
Pagamentos de juros		15	(3.989)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		-	(26.083)
Outras variações			
Subscrição debêntures		-	27.698
Despesas de juros		3.819	9.928
Total de outras variações		3.819	37.626
Saldos finais		123.133	119.299

Consolidado	2020	2019
Saldos iniciais	580.729	550.272
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos	(446.081)	(24.351)
Pagamentos de juros	(84.880)	(38.022)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(530.961)	(62.373)
Outras variações		
Novas Captações - Subscrição debêntures	700.007	27.698
Despesas de juros	62.023	65.133
Total de outras variações	762.030	92.831
Saldos finais	811.798	580.729

i) Controladora

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Foram emitidas 72.424 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 15 de julho de 2019, a Companhia realizou a Terceira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 16.600.000,00 (dezesesseis milhões e seiscentos mil de reais). Foram emitidas 16.600 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

A Companhia está trabalhando em uma nova emissão de debêntures com objetivo de alongar o perfil de sua dívida e liquidar as debêntures vigentes.

ii) Controlada

Em 28 de fevereiro de 2020, a Controlada Via Rondon realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de junho de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findo dezembro de cada ano. A Companhia está cumprindo com os *covenants* contratuais.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 34.336 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.484. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 34.336.

17. Fornecedores – Consolidado

	2020	2019
Fornecedores diversos	48.218	31.583
Medições a pagar	3.734	9.310
Retenções (i)	10.968	11.583
Total	62.920	52.476

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	2020	2019
A vencer		
De 1 a 30 dias	13.501	15.346
De 31 a 60 dias	1.009	5.109
De 61 a 90 dias	9.634	3.463
De 91 a 180 dias	13.102	2.769
De 181 a 360 dias	7.585	293
Total	44.831	26.980
Vencidas		
Até 30 dias	2.014	2.313
De 31 a 60 dias	156	568
De 61 a 90 dias	113	2
De 91 a 180 dias	128	18
De 181 a 360 dias	48	483
A mais de 360 dias	928	1.219
Total	3.387	4.603
Total	48.218	31.583

18. Outras contas a pagar – Consolidado

	2020	2019
Receitas acessórias antecipadas (i)	15.968	-
Outras contas a pagar (ii)	8.936	1.143
Total	24.904	1.143

- (i) Valores relativos a antecipações de receitas frente a utilização da malha rodoviárias por operadoras de telefonias, as quais terão o respectivo impacto no resultado conforme competência dos períodos a serem utilizados.
- (ii) Valores vinculados a convênios a pagar junto a instituições financeiras as quais antecipam pagamentos de fornecedores correntes.

19. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	2020	2019
Passivo circulante	12.286	22.443
Passivo não circulante	30.259	71.317
Total	42.545	93.760

Movimentação da provisão para manutenção:

Em 1º de janeiro de 2019	41.317
Realização por consumo	(55.795)
Adições	108.238
Em 31 de dezembro de 2019	93.760
Realização por consumo	(95.437)
Adições	44.222
Em 31 de dezembro de 2020	42.545

20. Ativos e passivos fiscais diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2020	2019
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138
Provisão para manutenção	14.465	31.878
Outras provisões temporárias	576	473
Total	53.179	70.489
Passivo		
Custos dos empréstimos	(2.097)	(1.939)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(29.644)	(31.121)
Total	(31.741)	(33.060)
(=) Saldo ativo fiscal diferido	21.438	37.429

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Movimentação no resultado de 2020	Movimentação no resultado de 2019
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138	-	1.830
Provisão para manutenção	14.465	31.878	(17.413)	17.829
Outras provisões temporárias	576	473	103	263
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	-
Total	53.179	70.489	(17.310)	19.922
Passivo				
Custos dos empréstimos	(2.097)	(1.939)	(158)	(166)
Intangíveis - efeito temporário	(29.644)	(31.121)	1477	(5.304)
Total	(31.741)	(33.060)	1.319	(5.470)
Total	21.438	37.429	(15.991)	14.453

b) Créditos tributários**Companhia**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	2020	2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	117.904	113.818

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido à falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de dezembro de 2020, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	2020	2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	183.974	112.231

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2025, como demonstrado abaixo:

	Saldo em 2020	Saldo em 2019
2022	16.782	7.376
2023	59.424	26.118
2024	85.027	31.371
2025	22.741	37.371
2026	16.782	9.995
Total	183.974	112.231

c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2020	2019
Controladora – Descrição		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(45.894)	(58.333)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	15.604	19.833
Equivalência patrimonial	(14.214)	(16.410)
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(624)	14.807
		-
Total	0%	0%

	2020	2019
Consolidado – Descrição		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(29.903)	(72.786)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	10.167	24.747
(-) Adições permanentes	(1.274)	(1.700)
(+) Exclusão permanente	325	-
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(12.409)	-
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	(8.594)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.991)	14.453
Total	64%	58%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

21. Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2020, está provisionado o montante de R\$ 1.563 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2019), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	681	249	930
Provisão	190	443	633
Reversão de provisão	-	-	-
Saldo final 31 de dezembro de 2019	871	692	1.563

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 27.164 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 8.485 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 37.200 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	91	23.485	31	8.346
Trabalhistas	49	3.679	5	139
Total	140	27.164	36	8.485

22. Patrimônio líquido – Controladora

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é R\$ 447.470, e está representado por 447.469.536 de ações, sendo 223.734.768 de ações ordinárias e 223.734.768 de ações preferenciais.

No 2º trimestre de 2019, foi integralizado o valor de R\$ 34.000, conforme previsto na ata de 19 de dezembro de 2018. O saldo do capital a integralizar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 70.600.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é apresentada a seguir:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	223.846.668	50,03
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868	49,97
Total	447.469.536	100,00

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo no 202 da Lei das S.A.

23. Receita operacional líquida – Consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2020	2019
Receita de pedágios	197.971	205.931
Receitas acessórias	5.749	14.650
Receita de construção	31.420	63.718
Outras receitas	195	109
Tributos incidentes	(17.128)	(18.565)
Total	218.207	265.843

24. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

Controladora	2020	2019
Serviços de terceiros	(54)	(78)
Outros	(199)	(43)
Total	(253)	(121)
Despesas administrativas e gerais (i)	(253)	(121)
Consolidado	2020	2019
Serviços de terceiros	(30.140)	(21.377)
Com pessoal	(17.303)	(17.305)
Amortização e depreciação	(27.845)	(27.065)
Constituição de provisão para manutenção	(44.221)	(108.238)
Custo de contrato concessão	(8.571)	(9.868)
Outros	(3.128)	(5.109)
Total	(131.208)	(188.962)
Custo dos serviços prestados	(125.391)	(177.707)
Despesas administrativas e gerais (i)	(5.817)	(11.261)
Custo de construção	(31.420)	(63.718)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

25. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram:

Controladora	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(3.834)	(9.947)
Total das despesas financeiras	(3.834)	(9.947)
Resultado financeiro líquido	(3.834)	(9.947)
Consolidado	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.771	4.213
Total das receitas financeiras	3.771	4.213
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(72.977)	(79.026)
Outras despesas financeiras	(16.276)	(11.130)
Total das despesas financeiras	(89.253)	(90.156)
Resultado financeiro líquido	(85.482)	(85.943)

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2	18
Outros créditos	-	32	32
Passivos			
Debêntures	16	123.118	119.299

Consolidado

31 de dezembro de 2020	Notas	Custo amortizado	
		2020	2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	760	1.425
Aplicação financeira	9	63.851	61.864
Contas a receber de clientes	10	13.606	11.624
Outros créditos	-	3.231	2.844
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	15	28	173.708
Debêntures	16	811.798	580.729
Fornecedores	17	62.920	52.476

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida – Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 31/12/2020	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 – 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	28	28	28	-	-
Debêntures (*)	811.798	1.413	163.972	41.142	1.207.443
Fornecedores e contas a pagar	87.824	87.824	87.824	-	-
Dividendos pagar	66	66	66	-	-
Total	899.716	89.331	251.890	41.142	1.207.443

Em 31/12/2019	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	173.708	178.550	77.305	36.395	64.850
Debêntures (*)	580.729	823.167	62.220	171.216	589.731
Fornecedores e contas a pagar	56.956	56.956	56.956	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
Total	811.459	1.058.739	196.547	207.611	654.581

(*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 15 e 16.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2020 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

	Valor contábil	
	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa pré-fixada		
Empréstimos e financiamentos	28	3.158

	Risco	Valor contábil	
		2020	2019
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	-	49.883
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	80.399
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	-	40.268
Debêntures controlada	IPCA	688.680	461.430
Debêntures controladora	CDI	123.118	119.299

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (BACEN) – Relatório Focus, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas

	Exposição 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
Instrumentos				Valor		Valor		Valor
Debêntures controlada	688.680	Aumento IPCA	4,52%	(31.128)	5,65%	(38.910)	6,78%	(46.693)
Debêntures controladora	123.118	Aumento CDI	1,90%	(9.848)	2,37%	(2.992)	2,85%	(6.061)
Total dos passivos financeiros	811.798			(40.976)		(41.902)		(52.754)
Impacto no resultado do período apresentado							(41.902)	(52.754)

	Exposição 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos				Valor		Valor		Valor
Debêntures controlada	688.680	Aumento IPCA	4,52%	31.128	3,39%	23.346	2,26%	15.564
Debêntures controladora	123.118	Aumento CDI	1,90%	9.848	1,42%	2.992	0,95%	6.061
Total dos passivos financeiros	811.798			40.976		41.902		52.754
Impacto no resultado do período apresentado							41.902	52.754

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

(vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

27. Cobertura de seguros – Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2020 a maio/2021	55.820
Garantia ampliação	Maio/2020 a maio/2021	110.070
Operacionais	Maio/2020 a maio/2021	2.072.438
Responsabilidade civil	Maio/2020 a maio/2021	37.200

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

28. Benefícios aos empregados – Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Aspectos ambientais – Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

30. Risco regulatório – Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 21.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita às fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar suas informações financeiras.

31. Compromissos vinculados a contrato de concessão – Consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Controlada tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

32. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo 31 de dezembro de 2020 não ocorreram adições de itens não caixas relativos ao intangível, sendo que em 31 de dezembro de 2019 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 63.905, dos quais R\$ 1.624 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado (fornecedores) para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França – Diretora
Ricardo de Souza Adenes – Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino

Contador

Durval Maia
CT – CRC/SP nº 1SP-292.261/O-8